

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO DO PROJETO DESTA LIVRO FEITA NA PRIMEIRA EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	21
APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO DA QUARTA EDIÇÃO	25
SOBRE OS AUTORES	27

O RECURSO ESPECIAL NO SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1 • ASPECTOS GERAIS E CONTEXTO PRINCÍPIOLÓGICO DO RECURSO ESPECIAL	41
1.1 Aspectos preambulares acerca do recurso especial no atual cenário do processo civil brasileiro	41
1.2 Conceito de recurso. Distinções e semelhanças em relação a institu- tos congêneres.....	44
1.3 O ato de recorrer como ônus	46
1.4 Os princípios fundamentais do processo civil de maior repercussão sobre o recurso especial	47
1.4.1 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	48
1.4.2 Princípio da colegialidade.....	50
1.4.3 Princípio da taxatividade (<i>numerus clausus</i>)	51
1.4.4 Princípio da singularidade recursal (ou da unirecorribilida- de). Princípio da correspondência recursal	54
1.4.4.1 O sistema recursal inaugurado com a Constitui- ção de 1988 e o princípio da singularidade recur- sal.....	56

1.4.5	A instrumentalidade das formas e a primazia do julgamento do mérito como princípios norteadores do CPC	59
1.4.5.1	Contexto jurídico-doutrinário do princípio da primazia da decisão de mérito	59
1.4.5.2	Princípio da primazia do julgamento do mérito no âmbito do recurso especial	61
1.4.6	Princípio da fungibilidade recursal	62
1.4.6.1	Interposição no “menor” prazo e dúvida objetiva acerca do recurso cabível	65
1.4.6.2	Inexistência de erro grosseiro	68
1.4.7	Princípio da fundamentação das decisões judiciais e sua vinculação com o princípio da dialeticidade recursal	71
1.4.8	Princípio da duração razoável do processo	75
1.4.9	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	78
1.4.10	O (sobre)princípio da segurança jurídica no âmbito recursal ..	80
CAPÍTULO 2 • CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS E OS MECANISMOS CONGÊNERES DE IMPUGNAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS.....		85
2.1	Classificação dos recursos	85
2.1.1	Recurso principal (independente) e recurso adesivo (subordinado). Conceituação e aspectos gerais	85
2.1.1.1	O regime do recurso adesivo e sua aplicação no âmbito do recurso especial	87
2.1.1.2	Quem pode interpor recurso adesivo. Legitimidade recursal	91
2.2	Recurso de fundamentação livre e de fundamentação vinculada	92
2.3	Recursos ordinários e extraordinários	93
2.4	Recurso parcial e recurso total	96
2.5	Sucedâneos recursais	97
2.5.1	Pedido de reconsideração	97
2.5.2	Ações autônomas de impugnação	99
2.6	Outros institutos	100
2.6.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas	101
2.6.2	Arguição de inconstitucionalidade	104
2.6.3	Reclamação	106
2.6.4	Incidente de assunção de competência	108

CAPÍTULO 3 • O RECURSO ESPECIAL NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO.....	111
3.1 Justificativa do recurso especial em contexto histórico-constitucional	111
3.1.1 A criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial.....	112
3.1.2 O atual perfil constitucional do recurso especial.....	117
3.1.2.1 Evolução legislativa dos recursos excepcionais no plano do direito constitucional desde a primeira Constituição republicana até os dias atuais.....	120
CAPÍTULO 4 • ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.....	127

1ª PARTE

4.1 Requisitos Gerais de Admissibilidade dos Recursos Cíveis	127
4.1.1 Panorama geral sobre o tema	127
4.1.2 O juízo de admissibilidade enquanto ato decisório atrelado às questões preliminares	129
4.1.3 Natureza da decisão de admissibilidade recursal e os seus efeitos na formação da coisa julgada.....	131
4.1.4 Requisitos de admissibilidade dos recursos em geral	134
4.1.4.1 Requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos.....	136
4.1.4.1.1 Cabimento	136
4.1.4.1.2 Legitimação recursal.....	137
4.1.4.1.2.1 Legitimidade recursal quanto aos honorários advocatícios.....	141
4.1.4.1.2.2 Legitimidade recursal e as hipóteses de intervenção de terceiros	142
4.1.4.1.3 Interesse recursal.....	145
4.1.4.2 Requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos.....	149
4.1.4.2.1 Tempestividade	149
4.1.4.2.2 Regularidade formal	155
4.1.4.2.3 Fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	156

4.1.4.2.3.1	Desistência do recurso	157
4.1.4.2.3.2	Renúncia ao direito em que se funda a ação (ainda como fato impeditivo do poder de recorrer).....	161
4.1.4.2.3.3	Renúncia ao próprio direito de recorrer (fato extintivo do poder de recorrer)	161
4.1.4.2.3.4	Aquiescência à decisão enquanto fato extintivo do direito de recorrer.	165
4.1.4.2.4	Preparo	166

2ª PARTE

4.2	A admissibilidade do recurso especial e dos requisitos que lhe são próprios	168
4.2.1	Jurisdição extraordinária e o recurso especial	168
4.2.2	O esgotamento das vias ordinárias, no conceito de causa decidida	171
4.2.3	Juízo de admissibilidade do recurso especial.....	175
4.2.4	As hipóteses de cabimento do recurso especial contidas no inciso III do artigo 105 da Constituição	177
4.2.4.1	Alínea “a” do inciso III, artigo 105, da CF/88	183
4.2.4.1.1	O cabimento do recurso especial diante da deficiência de fundamentação do acórdão recorrido. A violação do artigo 489, § 1º, incisos I a VI, do CPC.....	193
4.2.4.2	Alínea “b”, inciso III, artigo 105, da CF/88	194
4.2.4.3	Alínea “c”, inciso III, artigo 105, da CF/88	197
4.2.4.3.1	A demonstração analítica da divergência jurisprudencial em sede de recurso especial. Artigo 1.029, § 1º, do CPC.....	200
4.2.5	O filtro da relevância na admissibilidade do recurso especial. Justificativa e contexto legal.....	203
4.2.5.1	Conceituação do termo “relevância” a partir da sua natureza jurídica e finalidade	208
4.2.5.2	O caráter presumido da relevância nas hipóteses do art. 105, § 3º, I a VI, da CF	210

4.2.5.3	A regulamentação do filtro da relevância quanto aos aspectos procedimentais e alcance das decisões correlatas	214
4.2.6	Legitimidade em sede de recurso especial	219
4.2.7	Interesse recursal e suas particularidades no âmbito do recurso especial.....	220
4.2.8	Requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso especial. Regularidade formal	222
4.2.8.1	Tempestividade do recurso especial nos seus aspectos objetivos.....	224
4.2.8.2	Preparo, nas mitigações previstas no Código de Processo Civil.....	228
4.2.8.3	A fundamentação adequada como condição para admissibilidade do recurso especial. O espectro amplo da Súmula 284/STF	230
4.2.8.3.1	A deficiência na indicação dos dispositivos constitucionais embaixadores do recurso especial e dos preceitos de lei federal tidos por contrariados.....	232
4.2.8.3.2	A necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos em que se baseou o acórdão objeto de recurso especial. Os fundamentos suficientes e as Súmulas 283/STF e 126/STJ.....	233
4.2.8.3.3	A deficiente fundamentação do recurso especial como aspecto formal insanável.....	236
4.2.8.4	Vícios formais suscetíveis de serem superados (relevados ou sanados) na admissibilidade do recurso especial (art. 1.029, § 3º, CPC)	238
4.2.9	Prequestionamento	241
4.2.9.1	A acepção do termo “prequestionamento”	242
4.2.9.2	Breves considerações acerca da evolução constitucional do prequestionamento.....	248
4.2.9.3	O artigo 105, III, da Constituição Federal, e o prequestionamento.....	250
4.2.9.4	Prequestionamento explícito (numérico), implícito e ficto	254

4.2.9.5	Prequestionamento diante da persistência de omissão no acórdão recorrido. O recurso especial por violação do artigo 1.022, inciso II, do CPC ..	260
4.2.9.6	Prequestionamento e matéria de ordem pública..	264
4.2.9.7	Prequestionamento e voto vencido.....	268
4.2.10	Implicações práticas da comutação e distinção dos juízos de admissibilidade e de mérito em sede de recurso especial	269
4.2.11	Impossibilidade de reapreciação de matéria fática (Súmula 07 do STJ) e de mera revisão de cláusula contratual (Súmula 05 do STJ). Requalificação jurídica dos fatos.....	273
4.2.11.1	Prova legal e reavaliação da prova	278
4.2.11.2	Mitigação da impossibilidade de revisão de matéria fática em sede de recurso especial	280
4.2.11.3	Impossibilidade de revisão de cláusula contratual	282
4.2.12	A inviabilidade de correção, pura e simples, de injustiças pela via do recurso especial	283
4.2.13	O problema das normas federais que contêm, em si mesmas, conceitos vagos	285
CAPÍTULO 5 • RECURSO ESPECIAL, PROCEDIMENTOS E EFEITOS...		289
5.1	O processamento do recurso especial.....	289
5.1.1	Normas de regência. Considerações preambulares acerca do processamento do recurso especial.....	289
5.1.2	Procedimentos nos tribunais de origem	290
5.1.3	Procedimentos perante o Superior Tribunal de Justiça.....	293
5.1.3.1	Atuação do Ministro Presidente e de Relator.....	293
5.1.3.2	Os poderes (ampliados) do relator na condução e julgamento do recurso especial (art. 932, CPC)..	295
5.1.3.3	Julgamento colegiado do recurso especial. As sessões presenciais (síncronas) e virtuais (assíncronas)	298
5.1.3.3.1	O artigo 939 do CPC e a superação das preliminares no julgamento colegiado do recurso especial	304
5.1.4	A litigância de má-fé e a sanção aplicável ao recurso especial protelatório	305
5.1.5	Os honorários advocatícios e o recurso especial.....	307

5.1.5.1	Alteração pelo STJ, em viés de excepcionalidade, dos honorários sucumbenciais quando excessivos ou ínfimos.....	307
5.1.5.2	A majoração dos honorários sucumbenciais em caso de insucesso do recurso especial. A sucumbência recursal	308
5.1.6	O alcance temporal do atual Código de Processo Civil e os Enunciados Administrativos do Superior Tribunal de Justiça.....	310
5.2	Efeitos inerentes ao recurso especial	313
5.2.1	Efeito devolutivo.....	313
5.2.2	Efeito suspensivo	319
5.2.2.1	O contexto restritivo e a justificativa do efeito suspensivo, em tutela provisória, nos recursos de natureza extraordinária	320
5.2.2.1.1	O aparente conflito entre a tutela provisória de urgência e o <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF)	322
5.2.2.1.2	A excepcionalidade na concessão <i>ope iudicis</i> de efeito suspensivo a recurso especial.....	323
5.2.3	Efeito translativo.....	327
5.2.4	Efeito substitutivo.....	333
5.2.5	Efeito expansivo.....	334
CAPÍTULO 6 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL		337
6.1	Generalidades acerca do duplo juízo de admissibilidade do recurso especial.....	337
6.2	Considerações iniciais sobre o agravo em recurso especial (AREsp)	339
6.3	Requisitos do agravo em recurso especial. Regularidade formal	340
6.4	Recorribilidade no tribunal de origem da decisão que inadmite REsp: agravo interno versus agravo em recurso especial.....	342
6.5	O AREsp diante da multiplicidade de fundamentos da decisão que não admite recurso especial.....	346
6.6	Etapas procedimentais do agravo em recurso especial	350
6.6.1	Interposição e tramitação do AREsp perante o tribunal de origem	350

6.6.2	Coexistência de AREsp e de recurso para o Supremo Tribunal Federal (RExt ou ARExt)	351
6.6.3	Procedimentos do AREsp no Superior Tribunal de Justiça...	352
CAPÍTULO 7 • AGRAVO INTERNO E EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		355
7.1	Generalidades do agravo interno e dos embargos de declaração	355
7.2	Agravo Interno	356
7.2.1	Nomenclatura, conceito e natureza jurídica	356
7.2.2	Tempestividade	358
7.2.3	Preparo	359
7.2.4	Hipóteses de cabimento	360
7.2.5	Regularidade formal	362
7.2.6	Etapas procedimentais e sanção jurídico-processual em caso de manifesta improcedência	364
7.3	Embargos de Declaração	367
7.3.1	Previsão legal, conceito e natureza jurídica	367
7.3.2	Tempestividade e preparo	370
7.3.3	Pronunciamentos embargáveis no Superior Tribunal de Justiça	371
7.3.3.1	Hipóteses e causas de obscuridade em decisões judiciais	372
7.3.3.2	Decisões contraditórias	373
7.3.3.3	Decisões omissas	374
7.3.3.4	Decisões maculadas por erro material	376
7.3.4	Efeitos dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça e as sanções jurídico-processuais em caso de intuito procrastinatório	378
7.3.5	A evolução do entendimento sumulado pelo STJ acerca da (des)necessidade de reiteração do recurso após julgamento dos embargos declaratórios (art. 1.024, § 5º, CPC)	382
7.3.6	Tramitação dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça	383
7.4	O julgamento colegiado, em sessão virtual (assíncrona), dos embargos declaratórios e do agravo interno	384
CAPÍTULO 8 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		387
8.1	Considerações iniciais sobre os embargos de divergência	387
8.2	Contexto histórico-normativo	390

8.3	Finalidade dos embargos de divergência	392
8.4	Requisitos extrínsecos.....	395
8.4.1	Prazo de interposição.....	395
8.4.2	Regularidade formal.....	395
8.4.3	Preparo.....	396
8.4.4	Interesse recursal	398
8.5	Hipóteses de cabimento dos embargos de divergência, com parame- trização em contexto de múltiplas Súmulas	399
8.6	Outras especificidades dos embargos de divergência.....	405
8.6.1	Acórdão paradigma	405
8.6.2	Demonstração analítica da divergência.....	407
8.6.3	Similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados ..	408
8.7	Efeitos dos embargos de divergência	409
8.8	Competência e procedimentos dos embargos de divergência.....	410
8.9	Da (eventual) necessidade de cisão do julgamento	411
8.10	Possibilidade de adoção de uma terceira tese	414
8.11	Sistemática dos recursos repetitivos em sede de embargos de diver- gência.....	415
8.12	Do óbice à formação da coisa julgada.....	415
CAPÍTULO 9 • RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....		417
9.1	Introdução acerca da concepção dos precedentes judiciais	417
9.1.1	A ratio decidendi (ou holding) no contexto dos precedentes judiciais.....	423
9.2	Considerações gerais sobre o regime de julgamento dos “casos re- petitivos”	428
9.3	Sistema de precedentes do atual Código de Processo Civil, no con- texto jurídico-normativo dos recursos repetitivos.....	430
9.4	Conceito e natureza jurídica	433
9.5	Procedimentos e vicissitudes	435
9.5.1	1ª Etapa: seleção, afetação e admissibilidade dos recursos- -pilotos, e sobrestamento dos processos correlatos	437
9.5.1.1	Desdobramentos no tribunal de origem acerca da seleção dos recursos representativos da contro- vêrsia, em atos judiciais e de gestão judiciária	440

9.5.1.2	Regime de afetação perante o Superior Tribunal de Justiça, na condução pelos ministros Presidente e relator	443
9.5.1.3	A técnica da distinção (<i>distinguishing</i>) como mecanismo regulador do alcance dos precedentes em sede de recursos repetitivos	443
9.5.2	2ª Etapa: atos preparatórios para o julgamento colegiado ...	446
9.5.3	3ª Etapa: julgamento. Formação de precedente obrigatório.	448
9.5.4	4ª Etapa: aplicação expansiva do precedente.....	450
9.6	A revisão ou revogação de teses firmadas em sede de recurso repetitivo	454
9.7	A modulação dos efeitos dos precedentes judiciais	455
9.8	Outras considerações acerca do recurso especial repetitivo	460

DIREITO COMPARADO

CAPÍTULO 10 • OS RECURSOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE SUPERPOSIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL ESTRANGEIRO	465
10.1 Considerações gerais acerca dos tribunais de superposição	465
10.2 França: a origem da Cassação sob a influência do ideal revolucionário.....	466
10.3 Estados Unidos da América e a influência do <i>writ of certiorari</i> sobre o recurso especial brasileiro.....	471
10.4 O tribunal de cassação italiano e a sua função de preservar a uniformidade na aplicação do direito	473
10.5 O recurso de revisão na Alemanha: compatibilidade entre a uniformização da jurisprudência e o interesse do recorrente	484
10.6 O recurso de revista português: predominância do efeito substitutivo	486
10.7 O recurso de cassação espanhol.....	494
10.8 A proximidade do recurso de cassação argentino com o recurso especial brasileiro	498
BIBLIOGRAFIA	501
ÍNDICE DE AUTORES.....	519
ÍNDICE REMISSIVO	527